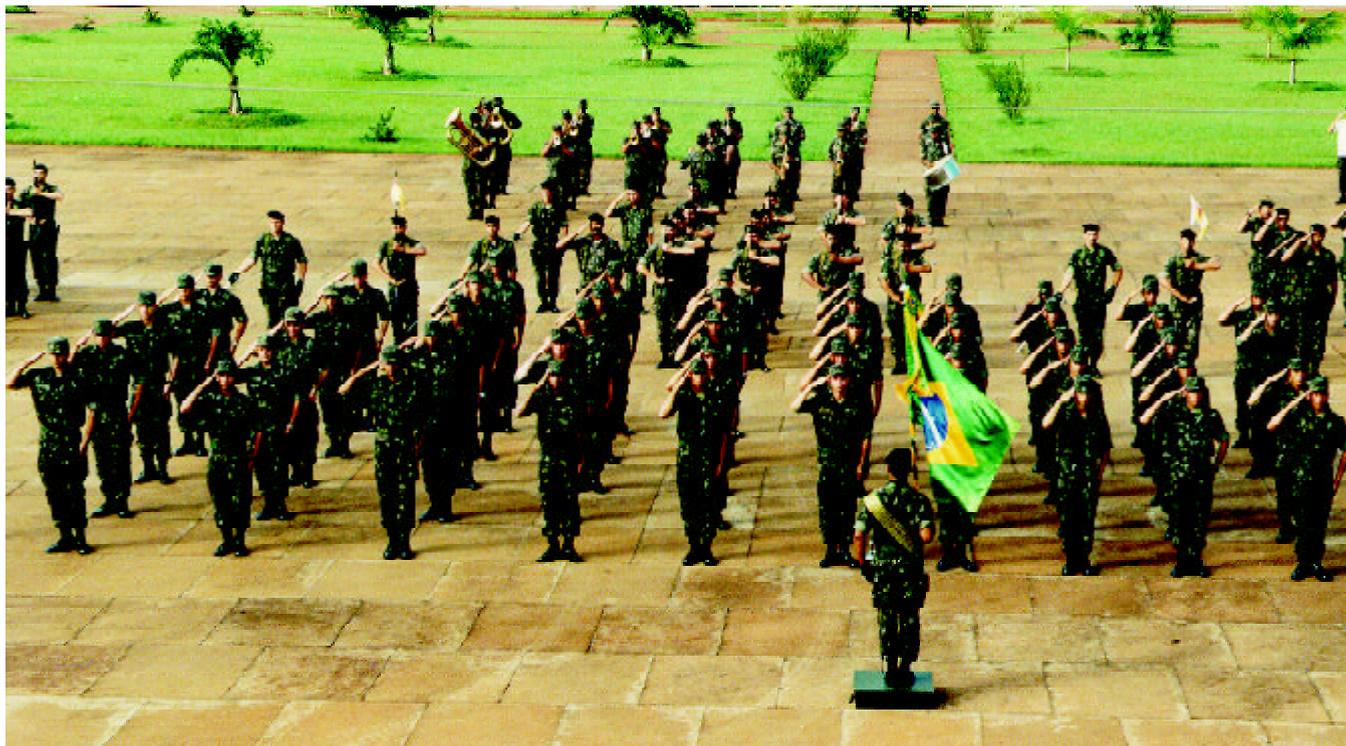




Serviço Militar Obrigatório mudança ou continuidade?



**Projeto de Lei apresentado na Câmara dos Deputados
reabre discussões sobre Serviço Militar Obrigatório**

págs. 4 e 5



CNPGJ e Lula

Comitiva do Conselho apresenta ao presidente avaliação sobre projetos em tramitação no Congresso que visam conter a violência.

Encontro em Pernambuco

Procuradores, corregedores e promotores discutem o Ministério Público e a responsabilidade política e social, tema do encontro em Ipojuca.



Seção

MPM na mídia pág. 2

MPM em ação pág. 8

Ainda nesta Edição

Correndo com o MPM pág. 3

MPs buscam recursos com Banco Mundial pág. 6



MPM na mídia



A edição 1749 da Revista Istoé, de 9 de abril, trouxe reportagem sobre IPM aberto pela procuradora-geral Marisa Cauduro para investigar o desaparecimento de ferramentas para a fabricação de bombas lançadoras de granadas, desenvolvidas pelo Centro Técnico Aeroespacial – CTA, localizado em São José dos Campos, São Paulo.

A matéria também menciona supostas irregularidades e tráfico de influência envolvendo militares da ativa e da reserva na compra de material bélico para a Força Aérea Brasileira. “As licitações com indícios de fraude serão encaminhadas ao Tribunal de Contas, os crimes militares serão denunciados e os outros crimes serão levados à Procuradoria da República”, declarou Marisa Cauduro à revista.

O IPM foi aberto após a procuradora analisar 16 volumes de um inquérito aberto em 2000. O pedido

para o exame partiu do comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Luiz Carlos da Silva Bueno, que na época respondia pelo Comando Geral de Apoio – Comgap, órgão a que a Diretoria de Material Bélico – Dirmab, responsável pela compra dos armamentos estava subordinada.

Em entrevista à publicação, o comandante afirmou ser favorável a aprovação de uma lei da quarentena para os militares, semelhante a que existe para os diretores do Banco Central. “Esses oficiais tiveram acesso a informações sigilosas, a planos e ordens que poderiam ser facilmente enquadrados como informações privilegiadas”.

O atentado sofrido pelo promotor da PJM-Rio de Janeiro Otávio Bravo também levou o MPM às páginas dos jornais. A edição de domingo, 11 de maio, do Jornal do Brasil, relaciona esse segundo atentado sofrido por Otávio Bravo, em 14 de abril, com sua atuação no IPM que investiga fraudes no concurso público de ingresso no Curso de Formação de Sargentos do Exército, ocorrido há dois anos. O próprio promotor acredita que ambos atentados tiveram a mesma motivação, tentar intimidá-lo. Quando da primeira ameaça, em 17 de março, os homens que abordaram o promotor fizeram referência clara a esse processo.

Em razão da gravidade dessa segunda ocorrência, em que Otávio Bravo teve o ombro perfurado por um tiro de fuzil e numa atitude de salvaguarda, a procuradora-geral

determinou o afastamento do promotor do caso. Ainda com o objetivo de garantir a segurança de membros e servidores das PJM-Rio de Janeiro, Marisa Cauduro, solicitou à Direção-Geral do MPM a contratação imediata e emergencial de uma empresa de segurança privada. Essa medida administrativa será adotada enquanto as solicitações de intervenção policial feitas junto ao Departamento de Polícia Federal e ao Comando do Exército não são atendidas. Paralelamente, estão em andamento: IPM, no Comando Militar do Leste e Inquérito Policial na Delegacia de Ordem Política e Social, ambos investigando os atentados. No âmbito do MPM, o corregedor-geral, Péricles Queiroz, instaurou sindicância para apurar os fatos e sua repercussão no ambiente de trabalho.

Nota de esclarecimento

Na matéria “MPM sedia aula inaugural do curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados”, publicada na edição 10 do MPM Notícias foram omitidos os nomes do subprocurador de Justiça Militar Carlos Frederico Oliveira e do professor Frederico Viegas, representando a Universidade de Brasília – UnB, que participaram da solenidade de abertura.

A pós-graduação “lato sensu” em Direito Internacional dos Conflitos Armados, que acontece até 5 de dezembro do corrente ano, nasceu da iniciativa do subprocurador e professor da UnB Carlos Frederico, do coordenador de graduação em Direito da UnB e procurador regional da República Eugênio Aragão e do coordenador do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília e diretor do Centro de Proteção Internacional de Direitos Humanos Tarciso Dal Maso.

Ministério Público da União • Ministério Público Militar • Procuradoria-Geral da Justiça Militar

MPM notícias - Informativo do Ministério Público Militar • Publicação de circulação dirigida, editada pela Assessoria de Comunicação Institucional da Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

Marisa Terezinha Cauduro da Silva - Procuradora-Geral da Justiça Militar • Eddmar Jorge de Almeida - Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar
Carlos Frederico de Oliveira Pereira - Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão • Péricles Aurélio Lima de Queiroz - Corregedor-Geral
Berta Martha Wernik - Chefe de Gabinete • Pedro Alberto da Silva Alvarenga - Diretor-Geral

Editora - Solange Pereira Pinto DRT/4781/14/80/DF - Jornalista - Hebert França - Diagramação/Arte - Alessandra Duarte/Felipe Cruxen

Endereço: SAUS Quadra 3 Bloco J - 70.070-25 - Brasília - DF - Internet: www.mpm.gov.br - E-mail: ascom@mpm.gov.br

Tel.: (61) 313.6108/6107 - Fax: (61) 321.7317



Correndo com o MPM

O pedestrianismo, por mais estranho que o termo possa parecer, é a atividade física mais praticada pelos servidores do MPM. Caminhadas e corridas a pé fazem parte da rotina de muita gente da instituição. Alguns não possuem pretensões maiores que a manutenção de um corpo saudável, mas o que chama a atenção na sede da PGJM é o número de pessoas que treinam regularmente com o objetivo de participar em competições.

Num universo aproximado de 170 servidores, pelo menos 10 correm diariamente e competem, esporadicamente, em provas de média e longa distância.

Entre os atletas regulares, Nelito Cardoso, da Divisão de Administração – DA, é um dos mais antigos corredores do MPM. Ele conta que quando começou, em 1985, como o culto ao corpo ainda não havia atingido os exageros atuais, as pessoas estranhavam quando ele dizia que corria cerca de 15 quilômetros por dia. Atualmente, ele corre aproximadamente 100 quilômetros por semana, ou seja completa mais que duas maratonas. Esse treinamento tem por meta a participação em maratonas.

Além da saúde corporal, Gutemberg Santos, diretor da DA, e companheiro de Nelito em treinos e competições,

destaca os benefícios à mente promovidos pela corrida. “Me previno do estresse correndo. O treino serve para recarregar minhas baterias para enfrentar um dia de trabalho”, justifica.

As vantagens obtidas com a corrida são atestadas pelo cardiologista e responsável pelo Setor de Assistência à Saúde, Anderson Santos Horta. Ele afirma que, de um ponto de vista geral, não há contra-indicações à prática da corrida. Entretanto, antes de sair correndo, alguns cuidados devem ser tomados, como por exemplo: procurar um médico para verificação do limite de esforço pessoal; aquisição de equipamentos apropriados para corrida - tênis que absorvam o impacto sobre as articulações, roupas leves - e a ingestão de muito líquido.

O cardiologista informa, ainda, que não há na literatura científica nenhum estudo que condene a corrida. Pelo contrário, são inúmeros os trabalhos ressaltando seus benefícios como o do professor Peter Wood, bioquímico da universidade de Stanford, nos Estados Unidos, que após análises em corredores com idades entre 35 e 65 anos, verificou que a condição física da maioria deles era idêntica a de pessoas com a metade da idade.

Para Gutemberg e Nelito as corridas ainda permitem que eles desen-volvam ações sociais. A



Gutemberg: Correr previne o estresse

Associação Brasiliense de Corredores (ABC), da qual são filiados, desenvolve atividades com aproximadamente 60 crianças carentes, fornecendo treino e custeando as competições. Os recursos para esse trabalho vem das contribuições mensais dos associados e das competições organizadas pela ABC. Quem quiser ajudar às crianças atendidas pela Associação pode entregar as doações a um dos servidores.

Como forma de incentivar e divulgar a prática da corrida, os servidores corredores sugerem às instituições e às associações de classes que promovam competições e atividades desportivas. “É uma excelente maneira de promover a integração de servidores, membros e familiares. E, ainda, desperta o interesse pela atividade física e melhora a saúde”, justifica Gutemberg.



O alongamento, antes e depois, da atividade física é fundamental na prevenção de lesões, adverte Nelito.

Dicas dos servidores do MPM para quem quer correr

Segundo nossos colegas corredores, para superar o obstáculo que é começar a correr e resistir a fadiga inicial, é necessário primeiro se conscientizar de que os limites serão superados gradativamente. “Se definirmos em nossa mente que determinado percurso é longo, com certeza ele será longo. Nossos limites são condicionados física e mentalmente”, explica Nelito. Os especialistas recomendam iniciar intercalando trechos de corrida com trechos de caminhada e pouco a pouco, respeitando seu ritmo e controlando a frequência cardíaca, ir substituindo a parte do percurso caminhada por corrida.

Correr com algum parceiro é recomendável. Conversando durante a atividade física é possível verificar se o nível de esforço está adequado ao condicionamento, afirmam os treinadores. “Se falamos com dificuldade e muito ofegantes é porque o esforço está além do nosso preparo”, exemplifica Nelito. “Além disso, tendo uma companhia o treino fica mais agradável”, acrescenta.

Outra vantagem das corridas, apontada pelos servidores, é seu baixo custo. Essa uma atividade física que não requer grandes investimentos, só um tênis razoável. Tem ainda a conveniência de não depender de outras pessoas e pode ser praticada em qualquer lugar.



Serviço Militar Obrigatório: mudança ou continuidade?



Apresentação dos convocados ao Serviço Militar Obrigatório

A deputada do PT pelo Rio Grande do Sul, Maria do Rosário, apresentou no início da atual legislatura Proposta de Emenda à Constituição – PEC 18/2003 que institui o serviço militar facultativo. Em sua justificativa para a proposição, ela argumenta que nos dias de hoje não se sustentam os motivos que levaram, no passado, a implementação de um recrutamento universal e obrigatório. “A preocupação com a defesa do território há muito deixou de ser prioridade, uma vez que as condições sociais do país transformaram a saúde, a educação e a segurança nos principais focos de atenção do Governo e da população”, afirma a deputada.

Essa não é a primeira proposta que sugere alterações no Serviço Militar Obrigatório, outras já foram apresentadas ao Congresso Nacional. Também antiga, é a discussão em torno da obrigatoriedade do alistamento, de tempos em tempos ela retorna à pauta. Dessa vez, veio à tona motivada, em grande parte, pela dispensa de todos os recrutas que prestavam o serviço ano passado, justificada pelo Governo Federal como uma necessidade de adequação orçamentária.

com o atual sistema de obrigatoriedade para o serviço militar e garantiu que esse ano não haverá dispensas e que os recrutas servirão em tempo integral.

Entre os comandantes das Forças Armadas o posicionamento também é totalmente favorável à manutenção do atual sistema de alistamento. Exercício do civismo e da cidadania; representatividade regional, social e racial da população brasileira; custos de manutenção inferiores aos de um efetivo 100% profissional; essas são algumas das razões apresentadas pelos dirigentes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para tal postura.

Já no Ministério Público Militar não é possível traçar um posicionamento único entre os membros da instituição. Muitos como o corregedor-geral do MPM, Péricles Queiroz, são favoráveis ao sistema obrigatório. “A conscrição militar imposta ao cidadão, assim que ele completa 18 anos – e o mantém no regime de mobilização até 45 anos – é a forma mais adequada de se constituir reservas organizadas de forças de defesa do país”, fundamenta. Outros, em quantidade praticamente igual, têm pensamento

semelhante ao do promotor da Justiça Militar no Rio de Janeiro, Ailton José da Silva, contrário ao atual regime. “Os avanços nas áreas científicas obrigam a existência de um contingente deveras diminuto em comparação ao exigido no passado. De outro modo, como exigir que alguém se abstenha de todo o seu projeto de vida, por um ano, para aprender táticas de guerra e noções básicas de disciplina e hierarquia”, afirma.

Também favorável ao alistamento facultativo, o promotor da Justiça Militar no Distrito Federal, Luís Antonio Grigoletto, lembra que o próprio texto constitucional prevê a possibilidade de prestação de serviço alternativo, em tempo de paz, àqueles alistandos que alegarem imperativo de consciência, em razão de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política. Esse dispositivo foi regulamentado pela Lei 8.239 de 4/10/91, que trata da prestação de serviço alternativo ao serviço militar obrigatório. “Esse conhecimento por ser estranho a muitos jovens, acarreta

Exercício em que reservistas simulam situação de guerra



Exercício em que reservistas simulam situação de guerra



a real possibilidade de um alistando, por ignorância da lei, não invocar a escusa de consciência quando poderia vir a fazê-lo”, explica. Contudo, como observa o professor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas – Unicamp, Roberto Loyolla Kuhlmann, a lei que regulamentou esse dispositivo tornou-se inviável. “Nenhum ministério civil se prontificou a abrir estas alternativas, e, mesmo que o jovem realizasse o serviço alternativo, teria de realizar o compromisso à bandeira, o que entra em choque com a convicção religiosa de alguns, pois ainda assim se comprometeriam a defender a Pátria com o sacrifício da vida”, explica. Kuhlmann defendeu tese de mestrado “O Serviço Militar, Democracia e Defesa Nacional: Razões da Permanência do Modelo de Recrutamento no Brasil”, em que analisa a origem, a situação atual e as perspectivas para o futuro do serviço militar no país.

Outro argumento utilizado por membros do MPM para justificar a preferência por um sistema facultativo é o fato de que devido a situação de pobreza em que vivem

milhares de famílias, a carreira militar é a única opção de emprego, de salário fixo, para os filhos homens ao completarem 18 anos. “A situação sócio-econômica vivenciada em nosso país, faz com que o número de voluntários seja infinitamente maior que o de vagas para o serviço militar inicial. Todos querem a segurança de um salário, alojamento, roupa (farda), assistência médica”, argumenta o procurador da Justiça Militar no Distrito Federal, Giovanni Rattacaso.

Esse é um tema para o qual não é possível buscar consenso nem internacionalmente. Há países que já descartaram o modelo de serviço militar obrigatório, como os Estados Unidos e a Alemanha; outros caminham nesse sentido: França, Itália, Portugal e há os que optaram pelo sistema obrigatório e por

Histórico

Em 1908 foi instituída, por lei, a obrigatoriedade do Serviço Militar. Todavia o novo sistema só foi efetivado em 1916, após campanha cívica desenvolvida Pela Liga de Defesa Nacional, tendo a frente o escritor nacionalista Olavo Bilac. A princípio, a lei determinava que o recrutamento se fizesse mediante sorteio militar. Tal sistema vigorou até 1945, quando foi implantado o recrutamento na forma de convocação geral por classe, em vigor até os dias de hoje.



enquanto não sinalizam com mudanças: Rússia, China e as duas Coreias.

“No ano em que completa 18 anos...”

O Serviço Militar é regido pela Constituição Federal do Brasil, pela Lei do Serviço Militar (Lei Nº 4.375, de 17/08/64 e por seu Regulamento (Dec Nº 57.654, de 20/01/66), os quais fixam as normas, os procedimentos, os direitos e os deveres de todos os cidadãos brasileiros. Entre os 18 e 45 anos de idade, todos estão sujeitos às obrigações militares.

No ano em que o cidadão brasileiro completa 18 anos, deve comparecer à Junta de Serviço Militar, até o dia 30 de abril, para efetuar seu alistamento, quando receberá o Certificado de Alistamento Militar (CAM).

A etapa seguinte é a seleção, quando os alistados são avaliados quanto ao aspecto físico, psicológico e moral. Após, aqueles que forem considerados aptos serão orientados a respeito da data e do

local em que deverão comparecer para tomar conhecimento de sua designação. Os que forem considerados inaptos estarão dispensados do serviço militar e receberão um Certificado de Dispensa de Incorporação ou de Isenção, conforme o caso. A designação é a fase em que o convocado toma conhecimento da organização militar onde deverá servir. Aqueles que, por razões diversas, deixam de cumprir alguma das etapas do processo ficam sujeitos a sanções previstas na lei.

Quem possui grau de escolaridade igual ou superior ao ensino médio completo poderá se candidatar à matrícula nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) ou nos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), cumprindo o serviço militar inicial como aluno e, posteriormente, se assim o desejarem, prestar serviço ao Exército como oficiais temporários.

Também os estudantes que, na época do alistamento, estiverem matriculados nas faculdades de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária, poderão adiar sua incorporação para depois da conclusão do curso, podendo continuar como oficiais do Serviço de Saúde por um período determinado.

O SMO também pode ser prestado nos Tiros-de-Guerra (TG) – órgãos de formação de reserva que possibilitam aos convocados, mas não incorporados em organizações militares de ativa, prestar o serviço militar inicial nos municípios onde estão residindo. Desse modo, os jovens convocados recebem instrução, conciliando-a com o trabalho e estudo. Atualmente, existem mais de 200 TG em funcionamento, distribuídos em todo o território nacional.



Presidente Lula recebe CNPGJ

A procuradora-geral Marisa Cauduro integrou a comitiva do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça - CNPGJ recebida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em audiência realizada no dia 7 de maio. Na oportunidade, o presidente do CNPGJ, Nedens Vieira, apresentou um levantamento feito pela entidade e pelo Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado (GNCO) sobre os projetos em tramitação no Congresso Nacional que, na visão do MP seriam eficazes para conter a violência no País.

O CNPGJ solicitou ao presidente o apoio para a aprovação dos projetos de lei que dispõem sobre: crimes de seqüestro e cárcere privado; alteração do Código Penal, nos crimes contra a pessoa ou patrimônio e costumes; porte de armas; lavagem de dinheiro; narcotráfico; organizações criminosas; proibição de bingos e a extinção do exame criminológico na Lei de Execução Penal. O presidente Lula concordou com a posição do CNPGJ e comprometeu-se a solicitar ao presidente da Câmara dos

Deputados a colocação desses projetos em pauta.

Na audiência, o CNPGJ anunciou, também, apoio ao PL nº 479/03, que restringe o foro privilegiado ao presidente da República e aos ministros de Estado. Quanto ao controle externo do Ministério Público e do Judiciário, Nedens Vieira comunicou que, em 25 de abril, foi criada uma comissão para redigir o Código de Ética dos membros do MP que norteará as ações dos promotores e procuradores de Justiça.

O CNPGJ manifestou, ainda, grande preocupação em relação ao projeto de reforma da previdência enviado ao Congresso Nacional. Várias reuniões foram realizadas com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do qual faz parte o presidente do CNPGJ e nelas ficaram acordadas com o ministro Berzoini: a manutenção da irredutibilidade dos vencimentos, a integralização, a paridade e a vinculação do teto dos vencimentos ao teto do STF. Entretanto, o projeto apresentado pelo governo não garante tais pontos. Igualmente surpreendente foi a posição em



Marisa Cauduro integrou comitiva no encontro

relação ao subteto, hipótese que, acreditam os membros do Conselho, poderá ocasionar o esvaziamento da carreira. Nesse sentido, o presidente Lula afirmou que o subteto foi solicitado pelos governadores como condição de apoio à reforma e, já estando o projeto na Câmara, a competência agora é do Legislativo, mas solicitou uma exposição de motivos sobre o assunto para encaminhamento aos líderes do Governo no Congresso.

MPs buscam recursos com Banco Mundial

Representantes do Banco Mundial e membros de Ministérios Públicos participaram, em março (20), de uma videoconferência, integrando Brasília, Recife e Washington, em que foram iniciados diálogos acerca da possibilidade de se firmar uma parceria entre as instituições.

Durante a reunião, José Eduardo Sabo Paes, procurador-geral do MPDFT, representando o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça - CNPGJ, apresentou aos integrantes do Banco a estrutura de funcionamento e organização do judiciário brasileiro, bem como explicou o papel do MP, mostrando algumas das ações sociais e institucionais implementadas.

O promotor Denílson Pacheco, coordenador de planejamento institucional do Conselho, esclareceu que a idéia embrionária de se adquirir recursos externos foi iniciativa do procurador-geral de Pernambuco, Francisco Sales de Albuquerque. Atitude reconhecida por todo o Conselho como salienta: “se uma iniciativa é eficaz para um estado, deve ser levada a todos os outros, para isso precisamos buscar recursos financeiros para implementar ações conjuntas”.

Na opinião da procuradora-geral Marisa Cauduro os recursos do Banco Mundial servirão para dar maior visibilidade e transparência às ações dos órgãos ministeriais, “os gestores dessas instituições estão conscientes

das necessidades e certamente saberão realizar a adequada aplicação dos recursos. É preciso investir na elaboração de sistemas de informações gerenciais e de comunicação”, avaliou Marisa. A capacitação profissional de membros e servidores, bem como a modernização de equipamentos também estão entre os benefícios a serem atingidos com esse possível aporte de recursos, acreditam os membros do Conselho.

Representando o Banco Mundial participaram da reunião o especialista sênior em setor público (Brasília), Yasuhiko Matsuda, o oficial principal do país (Brasília), Antonio Magalhães, além de especialistas em reforma judiciária da instituição.



Encontro do Ministério Público em Pernambuco

De 11 a 13 de maio, procuradores, corregedores e promotores de Justiça estiveram reunidos em Ipojuca – Pernambuco discutindo o “O Ministério Público e a Responsabilidade Política e Social”, tema do V Encontro Estadual do Ministério Público de Pernambuco. O evento, reunindo mais de 200 congressistas em Muro Alto, município de Ipojuca, foi promovido em parceria pela: Associação do Ministério Público de Pernambuco - AMPPE, Escola Superior do Ministério Público – ESMP e o Instituto do Ministério Público de Pernambuco.

Na solenidade de abertura discursaram o presidente de honra do encontro, o procurador-geral de Justiça do Estado, Francisco Sales de Albuquerque e o promotor Valdir Barbosa, presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco. Em ambos pronunciamentos foi destacada a responsabilidade política e social do MP diante

da atmosfera de mudanças e reformas em que o País encontra-se mergulhado. Ainda na noite inaugural do evento houve a homenagem do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNCGMMP aos seus ex-integrantes: Pedro Sérgio Steil, procurador-geral de justiça de SC; José Demóstenes de Abreu, procurador-geral de Justiça de TO; e Cesário Nobre de Mariz Maia, procurador de justiça do RN. Uma placa personalizada foi entregue pelo presidente do Conselho, Péricles de Queiroz, pela efetiva e constante contribuição desses ex-corregedores nos debates e no fortalecimento dos laços de integração entre as diversas corregedorias do MP brasileiro. Encerrando a programação



Reunião Conjunta do CNPGJ, CNCGMMP e Associações do Ministério Público

desse primeiro dia, houve a palestra do escritor Ariano Suassuna que falou sobre a degradação de valores da cultura; da existência do “Brasil oficial” e do “Brasil real” e da necessidade da coerência e da ética dos profissionais em suas funções. Logo após, apresentou-se o grupo musical Quinteto Violado.

Na manhã do dia 12, a programação começou com o

painel sobre o “Código do Consumidor e os Serviços Essenciais”. Paralelamente, aconteceram reuniões de três colegiados: do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça – CNPGJ, do CNCGMMP, e dos Presidentes de Associações do Ministério Público.

À tarde, os congressistas concentraram-se nos debates que abordaram os seguintes temas: “Combate à Sonegação Fiscal”, “A Criminalidade e os Mecanismos para Combatê-la”; “Racismo Institucional”; “O Papel do Ministério Público na Criação da Norma Jurídica, e “A Reforma Previdenciária”. Esse último tema foi, também, debatido na reunião conjunta dos colegiados: CNCGMMP, CNPGJ, Conamp e presidentes de Associações, realizado ainda no dia 12 de maio.

O Encontro do MP encerrou com a assinatura da Carta de Ipojuca.

Reunião do CNPGJ

A destacar na reunião do CNPGJ, a formação de uma comissão de procuradores-gerais com o objetivo de discutir com o governo questões acerca da reforma no judiciário. Para cumprir essa meta estão programados encontros de representantes dos Ministérios Públicos com o Secretário Nacional da Reforma do Judiciário, Sérgio Renault.

Essa comissão é composta pela procuradora-geral do Ministério Público Militar, Marisa Cauduro, e pelos procuradores-gerais de Justiça da Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Amazonas, Goiás e São Paulo. Outros temas em debate no encontro do CNPGJ foram os estudos sobre a reforma da legislação penal e a violência contra membros da magistratura e do MP.



Encontro de Corregedores-Gerais

Reunião do CNCGMMP

A reunião temática do 34º Encontro do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNCGMMP teve início com a apresentação do relatório da Comissão de Estudos sobre “Intervenção do Ministério Público no Processo Civil – *custos legis*”. Os 28 corregedores-gerais presentes ao evento, presidido pelo corregedor-geral do Ministério Público Militar, Péricles de Queiroz, apreciaram prós e contras da atuação de promotores públicos em alguns tipos de ações em que não há o interesse direto do estado (interesse público) ou não haja a presença de menores ou incapazes nos processos.

Esse debate é antigo no Conselho e Miguel Bandeira Pereira, subcorregedor-geral do MP do Rio Grande do Sul, ao relatar as conclusões da comissão de estudos alegou que o Ministério Público atua desnecessariamente em muitas situações. “Acredito que não devemos permanecer como um grande supermercado com vários produtos a oferecer, mas priorizar nossas ações. Se o Ministério Público não tem legitimidade para recorrer, irá intervir por quê? Por exemplo, não precisamos agir em processos de separação consensual sem menores ou incapazes, por não ser essa uma ação de estado, mas de família”, analisa Miguel Pereira.



MPM em ação

A procuradora-geral Marisa Cauduro e o corregedor-geral do MPM e presidente do CNGCMP, Péricles Queiroz, participaram, no dia primeiro de abril, na Câmara dos Deputados, em Brasília, do debate sobre o tema “Carreiras Jurídicas de Estado e a Reforma da Previdência”.

O encontro, organizado pela Conamp, Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça – CNPGJ e Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça, contou com a participação maciça de procuradores-gerais de justiça, presidentes de Associações do MP e da magistratura, parlamentares, procuradores federais e advogados interessados na discussão das propostas do Governo Federal de alteração do regime previdenciário do servidor público.



Uma comitiva do MPM, composta pela procuradora-geral, Marisa Cauduro, pelo vice-procurador-geral, Edmar Jorge de Almeida, pelo corregedor-geral, Péricles Queiroz e pelos promotores Jaime de Cássio e Antonio Grigoletto, visitou em abril (3), o comandante Militar do Planalto, a época, General de Divisão Renaldo Quintas Magioli. A visita teve como principais finalidades estreitar os laços de amizade e as ligações profissionais entre o Comando Militar do Planalto e o MPM. Também esteve presente ao encontro o atual comandante do CMP, General de Divisão Rui Alves Catão. O General Magioli assumiu a vice-chefia do Estado Maior do Exército.



A procuradora da Justiça Militar em Curitiba, Cláudia Rocha Lamas, proferiu, em fevereiro (19), palestra sobre a Justiça Militar na Base Aérea de Florianópolis – SC.



Em fevereiro (17), o subprocurador-geral da Justiça Militar Kleber de Carvalho Coelho proferiu aula inaugural sobre o tema “Emprego das Forças Armadas nas ações de preservação da lei e da ordem” no auditório do NPOR do 19º BC em Salvador – BA.



O Informativo Jurídico Inconsulex, de 24 de março, publicou o artigo “A Nova Maioridade Civil e seus reflexos no Estatuto da Criança e do Adolescente” de autoria do promotor da Justiça Militar em Santa Maria, Jorge César de Assis.

No dia 15 de abril, em solenidade comemorativa ao Dia do Exército - 19 de abril -, o Exército Brasileiro realizou a entrega de medalhas Ordem do Mérito Militar. Entre os agraciados no grau Grande-Oficial foram condecorados a procuradora-geral Marisa Cauduro e o corregedor-geral Péricles Queiroz. No grau Comendador, também receberam medalhas o vice-procurador-geral Edmar Jorge de Almeida e os subprocuradores-gerais Mário Sérgio Marques Soares e Alexandre Carlos Umberto Concesi.



Acadêmicos do curso de direito da Universidade da Região da Campanha, campus de Alegrete - Rio Grande do Sul, visitaram a Procuradoria da Justiça Militar em Bagé, em 11 de abril. Na ocasião a turma foi recebida pelo procurador da Justiça Militar, Clauro Roberto de Bortolli, que falou sobre o funcionamento do órgão, estrutura e competências da Justiça Militar.



O promotor da Justiça Militar em Fortaleza, Alexandre José Barros Leal Saraiva, realizou palestra sobre o tema “Polícia e Segurança Pública. Nova Tecnologia Policial. Militarização da Segurança Pública” durante o *II Congresso Internacional de Prevenção Criminal, Segurança Pública e Administração da Justiça*, ocorrido entre os dias 24 e 27 de março em Fortaleza – CE. Em Abril (11), o promotor ministrou palestra aos oficiais da Base Aérea de Fortaleza – BAFZ, recebendo diploma de agradecimento do Comando da Aeronáutica. Ainda no Ceará, O Conselho Superior do Ministério Público do estado aprovou, por unanimidade, moção formulando votos de louvor a Alexandre Saraiva pela autoria do livro *Direito Penal Fácil*. Também o Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará – CBMCE homenageou o promotor com a entrega da Machadinha Simbólica pelos serviços prestados àquela instituição, em solenidade alusiva ao Dia do Bombeiro, realizada em abril (25).

Em abril, a procuradora-geral recebeu, na sede da PGJM, a visita do vice-presidente regional (RS) da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais – AMAJME, Getúlio Correa. O encontro teve por objetivo a troca de idéias sobre a criação, ainda neste ano, da Associação Internacional da Justiça Militar. O projeto faz parte de um protocolo firmado em 2001 entre juizes e promotores brasileiros e de outras nacionalidades.



Em maio, a procuradora-geral foi agraciada com a Ordem do Mérito Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a medalha Alferes Joaquim José da Silva Xavier - Tiradentes. Marisa Cauduro e o corregedor-geral do MPM, Péricles Queiroz receberam a medalha Ordem do Mérito MPDFT, no grau Grão-Colar do Quadro Especial, das mãos do procurador-geral do MPDFT, José Eduardo Sabo Paes, em solenidade ocorrida no dia 20. Já a medalha Tiradentes, maior comenda da Polícia Militar do Distrito Federal, será entregue em data posterior à procuradora-geral do MPM.



O procurador da Justiça Militar em Fortaleza, Antonio Cerqueira, participou como palestrante do painel “Economia e Segurança Pública-Aspectos Econômicos da Criminalidade-Decréscimo na Receita do Turismo” do II Congresso Internacional de Prevenção Criminal, Segurança e Administração da Justiça, realizado de 24 a 27 de março em Fortaleza – CE.



O presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNGCMP e corregedor-geral do MPM, Péricles Queiroz, integrou a mesa que deu posse ao procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Roberto Bandeira Pereira, ocorrida em 9 de abril, no auditório Dante Barone da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Ainda em Porto Alegre, no dia 8 de abril, Péricles Queiroz, participou da solenidade de inauguração das novas instalações da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

No dia 16, em Florianópolis, o presidente do CNGCMP acompanhou a posse do procurador-geral de Justiça de Santa Catarina, Pedro Sérgio Steil, presidente do CNGCMP na gestão anterior.